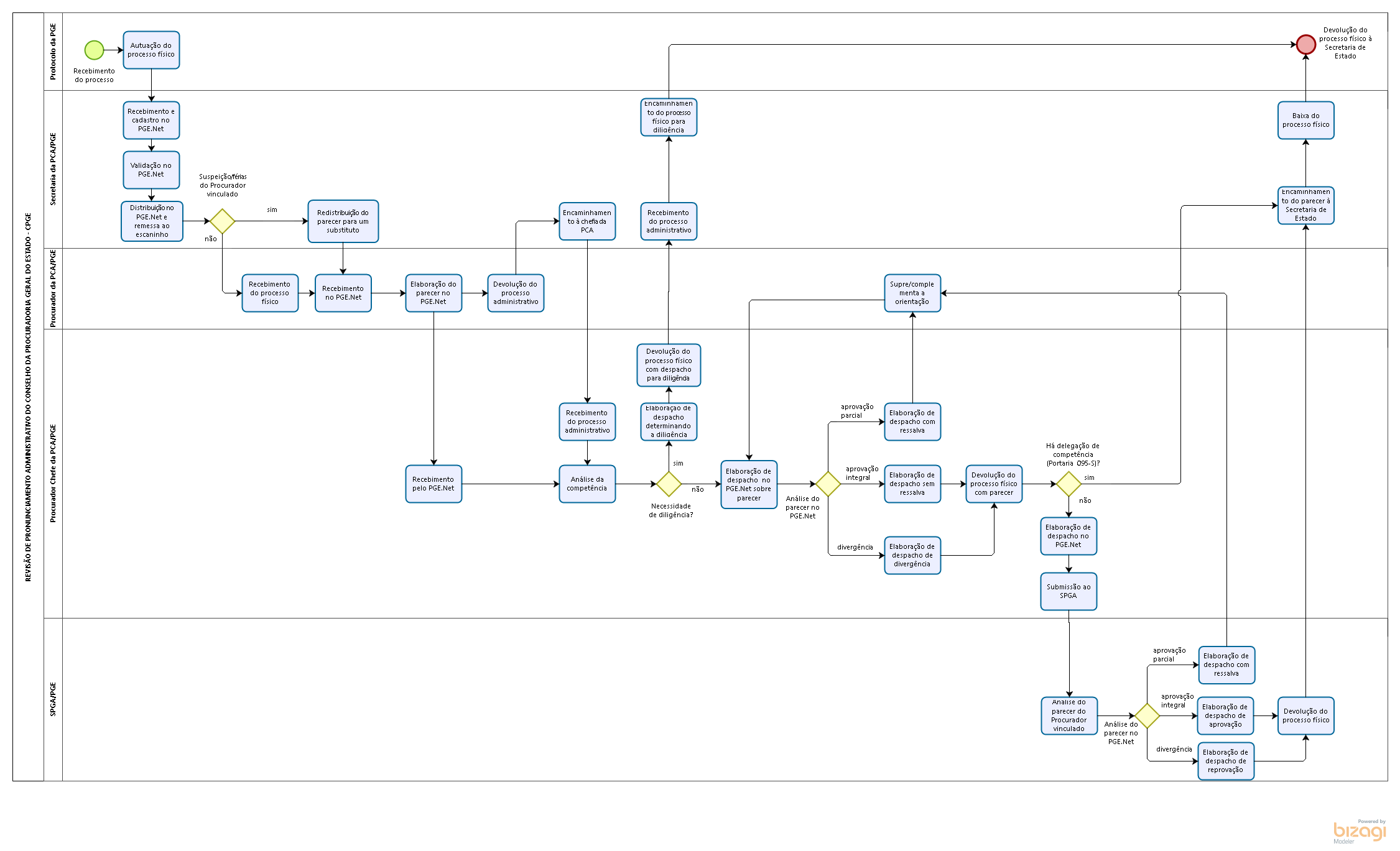
|  |
| --- |
| **NORMA DE PROCEDIMENTO – PGE Nº 001** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tema:** | Revisão de pronunciamento administrativo adotado pelo CPGE | | | | |
| **Emitente:** | Procuradoria Geral do Estado - PGE | | | | |
| **Sistema:** | Procuradoria Geral do Estado | | | **Código:** | PGE |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** | Portaria nº 012-R, de 20/12/18 | **Vigência:** |  |

1. **OBJETIVOS**
   1. Realizar a revisão de pronunciamento administrativo adotado pelo Conselho da Procuradoria Geral do Estado - CPGE.
2. **ABRANGÊNCIA**
   1. Órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.
   2. Procuradoria Geral do Estado.
3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
   1. Lei Complementar Estadual nº 88/1996, art. 3º, XII, e art. 8º, V e XIII;
   2. Lei Complementar Estadual nº 666/2012, art. 6º; e
   3. Resolução CPGE nº 196/2005, publicada no DIO/ES de 31/03/2005.
4. **DEFINIÇÕES**
   1. **CPGE - Conselho da Procuradoria Geral do Estado -** É o órgão de direção superior da Procuradoria Geral do Estado responsável pela orientação, organização, disciplina e fiscalização dos serviços afetos à PGE e às atividades e conduta dos Procuradores, bem como é responsável pela solução de questões jurídicas relevantes ou que causem divergências, por meio de pronunciamentos, resoluções e acórdãos, em caráter preventivo ou em apreciação de situação concreta, visando à uniformidade da atuação administrativa do Estado.
   2. **PCA/PGE - Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE** - Presta assessoramento e representa extrajudicialmente o Estado em matérias relativas a contratos, acordos, convênios e ajustes de interesse direto e indireto do Estado do Espírito Santo. Também examina e aprova as minutas dos editais de licitação dos órgãos da Administração Pública Estadual do Poder Executivo. Passam ainda pela análise dos procuradores ligados a este setor todos os processos de direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores públicos efetivos. A PCA também é responsável por processos administrativos relacionados às terras devolutas do Estado e às desapropriações. Seus procuradores avaliam os instrumentos e contratos com o objetivo de ceder, emprestar, alienar, arrendar ou onerar os bens imóveis do Estado, bem como as permissões e concessões de uso de terras e de bens públicos.
   3. **PGE.Net** - Sistema de informática utilizado pela PGE para o controle e emissão de documentos e peças processuais dos processos judiciais e administrativos.
   4. **Pronunciamentos administrativos -** Os pronunciamentos ou entendimentos administrativos, depois de aprovados pelo governador do Estado, têm valor de norma ou de lei, e devem ser seguidos por todos os órgãos da Administração Pública Estadual do Poder Executivo.
   5. **SPGA/PGE - Subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos da PGE** - Ao Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, com funções, prerrogativas e responsabilidades de Subsecretário de Estado, compete apreciar e manifestar, mediante delegação do Procurador-Geral do Estado, decisão em processos oriundos da Procuradoria da Consultoria Administrativa, bem como coordenar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades que lhe forem delegados pelo Procurador-Geral do Estado.
5. **UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS**
   1. CPGE - Conselho da Procuradoria Geral do Estado
   2. PCA/PGE - Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE
   3. Protocolo/PGE
   4. SPGA/PGE - Subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos da PGE
   5. Cada órgão ou entidade citado em 2.1.
6. **PROCEDIMENTOS** 
   1. Para a revisão dos pronunciamentos administrativos adotados pelo Conselho da Procuradoria Geral do Estado - CPGE, o seguinte fluxograma deve ser seguido:



* + 1. [Recebimento do processo](#_Toc256000005)
    2. [Autuação do processo físico](#_Toc256000006)
    3. [Recebimento e cadastro no PGE.Net](#_Toc256000007)
    4. [Validação no PGE.Net](#_Toc256000008)
    5. [Distribuição no PGE.Net e remessa ao escaninho](#_Toc256000009)
    6. Análise da ocorrência de suspeição/férias do Procurador vinculado

Se não houver suspeição/férias do Procurador vinculado, seguir para o item 6.1.8.

Se houver suspeição/férias do Procurador vinculado, seguir para o item 6.1.7.

* + 1. [Redistribuição do parecer para um substituto](#_Toc256000011)
    2. [Recebimento do processo físico](#_Toc256000043)
    3. [Recebimento no PGE.Net](#_Toc256000012)
    4. [Elaboração do parecer no PGE.Net](#_Toc256000013)

Após esta tarefa, seguir para os itens 3.1.10.1 e 3.1.10.2

* + - 1. [Devolução do processo administrativo](#_Toc256000014) 
         1. [Encaminhamento à chefia da PCA](#_Toc256000015)
         2. [Recebimento do processo administrativo](#_Toc256000016)
      2. [Recebimento pelo PGE.Net](#_Toc256000042)
    1. [Análise da competência](#_Toc256000017)

[Se não houver necessidade de diligência, seguir para o item 6.1.12 Se houver necessidade de diligência, seguir para o item 6.1.11.1](#_Toc256000018)

* + - 1. [Elaboração de despacho determinando a diligência](#_Toc256000038)
      2. [Devolução do processo físico com despacho para diligência](#_Toc256000039)
      3. [Recebimento do processo administrativo](#_Toc256000040)
      4. [Encaminhamento do processo físico para diligência](#_Toc256000041)
      5. Seguir para o item 6.1.19
    1. [Elaboração de despacho no PGE.Net sobre parecer](#_Toc256000019)

[Se na análise do parecer no PGE.Net houver aprovação parcial, seguir para o item 6.1.12.1](#_Toc256000020)

* + - 1. [Elaboração de despacho com ressalva](#_Toc256000021)
      2. [Supre/complementa a orientação](#_Toc256000035)
      3. Retornar para o item 6.1.12

[Se na análise do parecer no PGE.Net houver aprovação integral, seguir para o item 6.1.12.4](#_Toc256000020)

* + - 1. [Elaboração de despacho sem ressalva](#_Toc256000036)

[Se na análise do parecer no PGE.Net houver aprovação integral, seguir para o item 6.1.12.5](#_Toc256000020)

* + - 1. [Elaboração de despacho de divergência](#_Toc256000036)
    1. [Devolução do processo físico com parecer](#_Toc256000022)
    2. [Análise de delegação de competência (Portaria 05-S)](#_Toc256000023)

Se não houver delegação de competência, seguir para item 6.1.14.1

* + - 1. [Elaboração de despacho no PGE.Net](#_Toc256000024)
      2. [Submissão ao SPGA](#_Toc256000025)
      3. [Análise do parecer do Procurador vinculado](#_Toc256000026)
    1. [Análise do parecer no PGE.Net](#_Toc256000027)

Se houver aprovação parcial, seguir para o item 6.1.15.1

* + - 1. [Elaboração de despacho com ressalva](#_Toc256000034)
      2. [Retornar ao item 6.1.12.2](#_Toc256000034)

[Se houver divergência, seguir para o item 6.1.15.3](#_Toc256000028)

* + - 1. [Elaboração de despacho de reprovação](#_Toc256000028)

[Se houver aprovação integral, seguir para o item 6.1.15.4](#_Toc256000028)

* + - 1. [Elaboração de despacho de aprovação](#_Toc256000028)
    1. [Devolução do processo físico](#_Toc256000029)
    2. [Encaminhamento do parecer à Secretaria de Estado](#_Toc256000030)
    3. [Baixa do processo físico](#_Toc256000031)
    4. [Devolução do processo físico à Secretaria de Estado](#_Toc256000032)

1. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
   1. Não aplicável.
2. **ANEXOS**
   1. Não aplicável.
3. **ASSINATURAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO:** | |
| **Carolina Bonadiman Esteves**  Procuradora do Estado | Elaborado em 30.03.2018 |
| **APROVAÇÃO:** | |
| **Alexandre Nogueira Alves**  Procurador Geral do Estado | Aprovado em 20.12.2018 |